

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E COM GARANTIA REAL DA
OITAVA EMISSÃO DE TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações e com Garantia Real da Oitava Emissão de Telemar Participações S.A." ("Escritura de Emissão");

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.107.946/0001-87, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"); e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

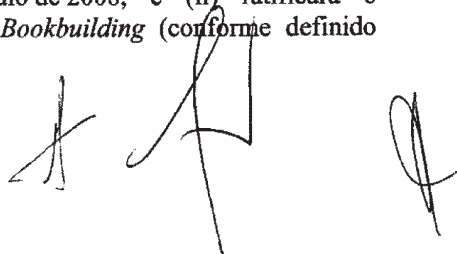
PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 8 de abril de 2008 ("AGE"); e
- II. das reuniões do conselho de administração da Companhia que (i) fixou as condições das Debêntures conforme facultado no artigo 59, §1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), realizadas em 10 de abril de 2008 e 19 de maio de 2008, e (ii) ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo).



- 1.2 A AGE autorizou o conselho de administração a deliberar ou alterar as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários. A ata:*

- (a) da assembléia geral extraordinária dos acionistas da Companhia, realizada em 8 de abril de 2008 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2008, sob o n.º 01789419 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Monitor Mercantil" em 9 de abril de 2008; e
- (b) das reuniões do conselho de administração da Companhia que (i) fixou as condições das Debêntures conforme facultado no artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, realizadas em 10 de abril de 2008 e 19 de maio de 2008 e arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, em 16 de abril de 2008 e 21 de maio de 2008, respectivamente, sob os n.ºs 01790649 e 01800852, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Monitor Mercantil" em 14 de abril de 2008 e 21 de maio de 2008, respectivamente; e (ii) ratificará o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, a ser realizada, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Monitor Mercantil".

- II. *registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido registrados (a) na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

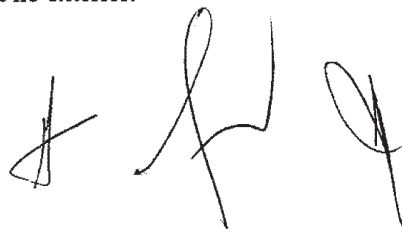
- III. *registro do Penhor (conforme definido abaixo).* O Penhor deverá ter sido (a) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL e TMAR (conforme definido abaixo), nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) registrado, por meio do Contrato de Penhor (conforme definido abaixo), no

competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

- IV. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("BOVESPA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (b) negociação no mercado secundário por meio (i) do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) do BOVESPAFIX, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CBLC;
- V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta deverá ser registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes; e
- VI. *registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A Oferta deverá ser registrada na ANBID no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 1º de janeiro de 2008 ("Código de Auto-Regulação ANBID").

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da sociedade TNL, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades, no país ou no exterior.



4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para o pagamento de dívidas da Companhia, principalmente (i) as Notas Promissórias Comerciais emitidas pela Companhia em 25 de julho de 2007, descritas no item (B) abaixo, (ii) o Empréstimo Externo celebrado em 24 de junho de 2007 descrito no item (C) abaixo, bem como (iii) de dívidas de outras empresas do grupo econômico do qual a Companhia pertence, em especial o *Loan Agreement* nº AGE184522, conforme descrição no item (A) abaixo, e o saldo remanescente servirá para o reforço do caixa da Companhia.

(A) *Loan Agreement* nº AGE184522, datado de 10 de março de 2008, celebrado entre o Banco Itaú BBA S.A., Nassau Branch, como Credor, a Bakarne Investments Limited, como devedora, e a Companhia, como garantidora;

(B) 936 (novecentas e trinta e seis) Notas Promissórias Comerciais numeradas de 0001/4800 a 0936/4800, de série única, emitidas pela Companhia em 25 de julho de 2007, no valor total de R\$936.000.000,00 (novecentos e trinta e seis milhões de reais); e

(c) Empréstimo Externo, contraído pela Companhia através do *Senior Secured Bridge Credit Agreement*, celebrado em 24 de julho de 2007, entre a Companhia e ABN AMRO Bank N.V., Banco do Brasil S.A., Citigroup Global Markets Inc., J.P. Morgan Securities Inc. e UBS Securities LLC, conforme aditado em e consolidado em 28 de novembro de 2007, 11 de março de 2008 e 13 de março de 2008.

A Companhia deverá, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da liberação do penhor sobre as ações objeto do "Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Telemar Norte Leste S.A. e de Tele Norte Leste Participações S.A.", celebrado em 13 de março de 2008, em virtude do pagamento e quitação do *Loan Agreement* e das Notas Promissórias Comerciais, fornecer ao Agente Fiduciário o instrumento comprobatório da liberação do penhor.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações e com Garantia Real da Oitava Emissão de Telemar Participações S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

- 5.1.1 Observados os valores constantes na Cláusula 6.2 abaixo e respeitados os limites aprovados nas autorizações descritas na Cláusula 1.1 acima, a Oferta será mantida independentemente da quantidade de Debêntures subscritas ou do montante dos recursos captados.
- 5.2 *Coletas de Intenções de Investimento (Bookbuilding).* Será adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, pela Companhia ("Procedimento de Bookbuilding"), da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.13.1 abaixo, e da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), observado o limite previsto na Cláusula 6.13.2 abaixo.
- 5.2.1 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado pelo conselho de administração da Companhia e será divulgado nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, bem como será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.
- 5.3 *Prazo de Subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iii) a disponibilização do prospecto definitivo de distribuição das Debêntures ("Prospecto Definitivo") aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início.
- 5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP e da CBLIC.
- 5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, sendo que:
- I. as Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) serão integralizadas pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a Data de Integralização; e
 - II. as Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BOVESPAFIX.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a oitava emissão de Debêntures da Companhia, sendo a sétima emissão pública.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Oferta é de R\$1.610.000.000,00 (hum bilhão, seiscentos e dez milhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 161.000 (cento e sessenta e uma mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em duas séries, sendo que a primeira série será composta por 115.000 (cento e quinze mil) Debêntures ("Debêntures da Primeira Série"), e a segunda série será composta por 46.000 (quarenta e seis mil) Debêntures ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 A Companhia não poderá colocar as Debêntures da Segunda Série antes de colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.
- 6.5.2 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de escrituração e de banco mandatário das Debêntures ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula), e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta um relatório de posição de ativos, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos; e (ii) para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por esta relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC; que, igualmente, em ambos os casos, servirão de comprovante de titularidade de Debêntures.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.8 *Espécie e Limite de Emissão.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. A emissão das Debêntures obedece ao limite previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações tendo em vista que, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), o capital social da Companhia era de

R\$2.113.074.108,40 (dois bilhões, cento e treze milhões, setenta e quatro mil, cento e oito reais e quarenta centavos).

- 6.9 *Penhor de ações.* Nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Telemar Norte Leste S.A. e Tele Norte Leste Participações S.A. e Outras Avenças", celebrado nesta data entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor"), o qual, para todos os fins, é considerado parte integrante desta Escritura de Emissão, em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, bem como do ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário comprovadamente venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão judicial do penhor, a Companhia, pelo Contrato de Penhor e na melhor forma de direito, constitui, em favor dos debenturistas, penhor, em único, exclusivo e especial grau, sobre (i) ações preferenciais classe "A" nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão de Telemar Norte Leste S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro 99, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.000.118/0001-79 ("TMAR"); e (ii) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão de Tele Norte Leste Participações S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos 425, 8º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 02.558.134/0001-58 ("TNL"), de que a Companhia é titular, cuja quantidade e valor encontram-se definidos no Contrato de Penhor ("Ações do Penhor"), e que se encontram livres e desembaraçadas de ônus ou gravames de qualquer natureza, respeitadas as disposições da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 ("Penhor"), exceto pelo penhor criado pelo "Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Telemar Norte Leste S.A. e de Tele Norte Leste Participações S.A.", o qual deverá ser liberado nos termos do Contrato de Penhor.

- 6.9.1. Até o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, a Companhia obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a manter empenhadas ações ordinárias e preferenciais de emissão da TMAR e da TNL, conforme o caso, no valor correspondente a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do Valor Nominal de cada Debênture acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), de acordo com as regras estipuladas nos parágrafos 1º e 2º, da Cláusula 2º, do Contrato de Penhor.

- 6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de abril de 2008 ("Data de Emissão").

6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2013 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2015 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").

6.12 *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal:

- I. das Debêntures da Primeira Série será pago em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) por Debênture da Primeira Série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último, na Data de Vencimento da Primeira Série; e
- II. das Debêntures da Segunda Série será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por Debênture da Segunda Série, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último, na Data de Vencimento da Segunda Série.

6.13 *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.13.1 *Remuneração da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- I. atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado;
- II. juros remuneratórios: A partir da Data de Emissão as Debêntures da Primeira Série renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a, no máximo, 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento), a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Spread da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o

primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e, o último, na Data de Vencimento da Primeira Série. Farão jus à Remuneração da Primeira Série os titulares das Debêntures da Primeira Série ("Debenturistas da Primeira Série") ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

$J =$ valor da Remuneração da Primeira Série relativa a cada uma das Debêntures da Primeira Série, acumulada no período, devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

$VNe =$ Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série para o primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Primeira Série não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, ~~sem~~ arredondamento;

$FatorJuros =$ fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread), \text{ onde:}$$

$FatorDI =$ produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)] , \text{ onde:}$$

$nDI =$ número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro; e

$TDI_k =$ Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1 , \text{ onde:}$$

$k =$ 1, 2, ..., n;

DIk = Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

FatorSpread = corresponde ao *spread* de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

spread = Spread da Primeira Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*;

N = 252 (duzentos e cinquenta e dois); e

DP = número de dias úteis entre a data de pagamento de juros remuneratórios anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

6.13.2 Remuneração da Segunda Série. A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

- I. atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série não será atualizado;
- II. juros remuneratórios: A partir da Data de Emissão as Debêntures da Segunda Série renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de um *spread* ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a, no máximo, 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por

cento), a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* ("Spread da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e, o último, na Data de Vencimento da Segunda Série. Farão jus à Remuneração da Segunda Série os titulares das Debêntures da Segunda Série ("Debenturistas da Segunda Série") ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

J = valor da Remuneração da Segunda Série relativa a cada uma das Debêntures da Segunda Série, acumulada no período, devida ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série para o primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal de cada uma das Debêntures da Segunda Série não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread), \text{ onde:}$$

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

nDI = número total de Taxas DI, sendo "nDI" um número inteiro; e

$TDI_k =$ Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

$k =$ 1, 2, ..., n;

$DI_k =$ Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$dk =$ número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "dk" um número inteiro;

FatorSpread = corresponde ao *spread* de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

$\text{spread} =$ Spread da Segunda Série, a ser definida pelo Procedimento de *Bookbuilding*;

$N =$ 252 (duzentos e cinquenta e dois); e

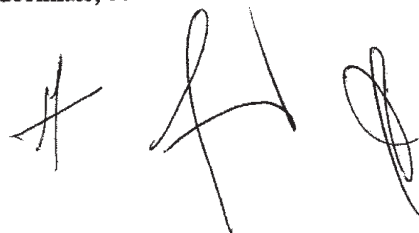
$DP =$ número de dias úteis entre a data de pagamento de juros remuneratórios anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.



A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

- 6.13.3 Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos juros remuneratórios correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento dos juros remuneratórios será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 6.13.4 Observado o disposto na Cláusula 6.13.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", a última Taxa DI divulgada oficialmente, conforme o caso, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.13.5 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, convocar assembléia geral de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série para deliberar, de comum acordo com a Companhia, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição da Remuneração Substitutiva ou da definição, pela Companhia, entre o disposto nos incisos I ou II abaixo, conforme o caso, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada para apuração de " TDI_k ", a última Taxa DI divulgados oficialmente. Caso Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série, reunidos em assembléia geral, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira

Série e, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série, em circulação, não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Companhia, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Companhia a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de encerramento da assembléia geral de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série, a que se refere esta Cláusula, qual a alternativa escolhida:

- I. a Companhia deverá resgatar e, conseqüentemente, cancelar, a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de encerramento da assembléia geral de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série, a que se refere esta Cláusula, pelo saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida, apurada conforme a Cláusula 6.13.1 acima ou a Cláusula 6.13.2 acima, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, utilizando-se, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente, sendo que o resgate a que se refere este inciso não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
- II. a Companhia deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, e pagar a Remuneração Substitutiva definida pelos Debenturistas da Primeira Série ou pelos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual (i) não superará o prazo médio original das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, ponderado pelos fluxos de caixa (*duration*); (ii) não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série ou a Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso; e (iii) deverá observar mesma periodicidade do pagamento da Remuneração da Primeira Série prevista na Cláusula 6.13.1 acima, ou a periodicidade do pagamento da Remuneração da Segunda Série prevista na Cláusula 6.13.2 acima conforme o caso.

6.14 *Repactuação*. Não haverá repactuação programada.

6.15 *Oferta de Resgate Antecipado Facultativo*. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- I. a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.24 abaixo, o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; e (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; e (d) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;
- II. após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual, a Companhia terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- III. a Companhia poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas que definir quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado;
- IV. o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo;
- V. na hipótese do Resgate Antecipado parcial, as Debêntures serão resgatadas de forma *pro rata* entre todos os titulares de Debêntures. O Resgate Antecipado parcial das Debêntures pela Companhia deverá ser realizado (i) para as debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e de venda definitiva", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade, ou (ii) conforme os procedimentos adotados pela CBLC, ou ainda, (iii) por meio da Instituição Depositária, no caso do debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC; e
- VI. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado a exclusivo critério da Companhia exceto através da referida Oferta de Resgate Antecipado, observado, entretanto, que, caso a referida Oferta de

Resgate Antecipado seja realizada a partir do 30º (trigésimo) mês após a Data de Emissão e, haja adesão de debenturistas que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação, reunidos em assembléia, a Companhia poderá promover o resgate antecipado total das debêntures, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal de cada Debênture acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (ii) do prêmio de reembolso, se houver, objeto da Oferta de Resgate Antecipado.

- 6.16 *Aquisição facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a qualquer tempo, por opção da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, observado o parágrafo 3º da Cláusula 2ª do Contrato de Penhor, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação ("Aquisição Facultativa").
- 6.17 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.18 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.19 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por

intermédio da CETIP ou da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na CBLC.

- 6.20 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.21 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Companhia, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.
- 6.22 *Vencimento Antecipado automático.* Observado o disposto na Cláusula 6.23.2 abaixo, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, podendo ser exigido o pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (e, no caso do inciso IV abaixo, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.23.2 abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
- I. (a) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas; ou (b) dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou de qualquer de suas controladas (no caso destas últimas, salvo em processo de reorganização societária); ou (c) pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou falência formulado pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas; ou
 - II. transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ou
 - III. alienação do controle acionário, direto ou indireto, da TNL e/ou da TMAR pela Companhia, ou se a Companhia deixar de deter, direta ou indiretamente, participação correspondente a 50% (cinquenta

por cento) mais uma ação no capital votante da TNL e/ou da TMAR, ou de qualquer outra forma, a Companhia deixe de deter, direta ou indiretamente, participação correspondente a 50% (cinquenta por cento) mais uma ação do capital votante da sociedade que venha a deter as concessões detidas atualmente por TMAR para prestar serviço de telefonia fixa na Região I do Plano Geral de Outorgas; ou

- IV. não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 4 (quatro) dias úteis, contados da data de vencimento original; ou
- V. na hipótese de questionamento judicial por parte da Companhia, ou por qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sujeita a controle comum, do Penhor.

6.23 *Vencimento antecipado sujeito à deliberação dos debenturistas.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.23.1 e 6.23.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- I. pedido de falência da Companhia formulado por terceiros, sem a realização do depósito elisivo no prazo legal;
- II. protesto de títulos contra a Companhia e que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM");
- III. vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizado, anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGPM;
- IV. vencimento antecipado de qualquer dívida da TNL em razão de inadimplência contratual cujo valor unitário seja igual ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), valor este convertido com base na taxa de câmbio de venda do dólar norte-americano indicada no Boletim de

"Taxas de Câmbio e de Mercado" do Banco Central do Brasil, divulgada através do SISBACEN - Sistema do Banco Central do Brasil, "Transação PTAX - 800, Opção 5, Cotações para Contabilidade, formada e divulgada no dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o índice que vier a substituí-la;

- V. aquisição do controle acionário de sociedades que resultem na alteração do objeto principal da Companhia;
- VI. aprovação de fusão, incorporação ou cisão da Companhia, salvo (i) cisão parcial da Companhia com relação a versão de parcela não superior a 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido, sem solidariedade da sociedade que absorver a referida parcela com relação às obrigações da Companhia; ou (ii) se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) tiver sido assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembleias gerais relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- VII. aprovação de incorporação pela Companhia, salvo se (a) a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) envolverem a Companhia e quaisquer de suas controladas, direta ou indiretamente;
- VIII. cassação, pela União, das concessões detidas por TMAR para prestar serviço de telefonia fixa na Região I do Plano Geral de Outorgas, sempre que tais atos possam representar redução superior a 20% (vinte por cento) no faturamento da controladora TNL;
- IX. (i) cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação das autorizações para exploração de SMP, detidas pela TMAR ou pelas Controladas Relevantes, que acarrete em redução de 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da TMAR; e (ii) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na cassação, caducidade ou decaimento das autorizações para exploração do SMP da Região I, detidas pela TMAR ou pelas Controladas Relevantes, que acarrete em redução de 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da TMAR; em ambos os casos, que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; observado, entretanto, que, a TMAR e/ou suas Controladas Relevantes poderão

renunciar a autorizações por elas detidas, sem que tal renúncia acarrete um evento de vencimento antecipado nos termos deste inciso IX, caso seja(m) a ela(s) outorgada(s) outra(s) autorização(ões) que, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, assegurem direitos semelhantes com relação à área de exploração do serviço aos anteriormente previstos e potencial de receita equivalente à(s) autorização(ões) anteriormente detida(s). A comprovação do potencial de receita e a consequentemente redução ou não do EBITDA deverá ser feita com base nas demonstrações financeiras auditadas do último exercício social da antiga detentora de tal autorização e atestada por certificado emitido pela administração da Companhia e entregue ao Agente Fiduciário. Para os fins deste inciso IX, será considerada "Controlada Relevante" aquela sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela TMAR, cujo EBITDA represente individualmente 20% (vinte por cento) do EBITDA da TMAR consolidado, conforme última informação financeira trimestral ou anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente, conforme o caso, enviada à CVM;

- X. falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Penhor, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- XI. anulação ou rescisão do Contrato de Penhor ou ainda se a garantia não for devidamente constituída, for anulada, ou por qualquer forma deixar de existir ou se a qualquer momento a garantia deixar de corresponder a 125% do valor do principal e juros das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), nos termos do Contrato de Penhor, desde que a garantia não seja substituída e/ou reforçada pela Companhia no prazo previsto no inciso II, da Cláusula 6ª, do Contrato de Penhor;
- XII. não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- XIII. a Companhia deixar de manter, durante o prazo da emissão e havendo Debêntures em Circulação, as seguintes "razões financeiras", caso não tenha sanado, de forma satisfatória ao Agente Fiduciário e dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do aviso que lhe for encaminhado pelo Agente Fiduciário, eventual desenquadramento apurado, sendo que a verificação do enquadramento das "razões financeiras" será realizada com base no último balanço ou demonstração financeira trimestral auditada disponível conforme referido abaixo:

- (a) (i) DEBT-CAIXA menor ou igual a R\$3.000.000.000 (três bilhões de reais), corrigidos pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2008, no balanço patrimonial da Companhia (controladora) até a data-base 31 de dezembro de 2011; (ii) após esta data e até 31 de dezembro de 2013, DEBT-CAIXA menor ou igual a R\$2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), corrigidos pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2008, no balanço patrimonial da Companhia (controladora) até a data-base 31 de dezembro de 2013; e (iii) após esta data, DEBT-CAIXA menor ou igual a R\$2.000.000.000 (dois bilhões de reais), corrigidos pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2008, no balanço patrimonial da Companhia (controladora) até o vencimento da Emissão;
- (b) EBITDA/Despesas Financeiras maior ou igual a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos), no balanço patrimonial da TNL (consolidado); e
- (c) Dívida Onerosa Consolidada/EBITDA menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos), no balanço patrimonial da TNL (consolidado).

A "razão financeira" definida na alínea (a) acima será apurada trimestralmente, e as "razões financeiras" definidas nas alíneas (b) e (c) acima serão apuradas anualmente, por meio das demonstrações financeiras auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM, conforme acima indicado, onde:

"CAIXA" significa o somatório das aplicações financeiras de curto prazo da Companhia, tais como CDBs, RDBs, letras hipotecárias e outras.

"DEBT" significa o somatório, em uma determinada data, de todas as obrigações onerosas da Companhia com terceiros.

"Despesas Financeiras" significa o somatório, em uma determinada data, das despesas financeiras constantes das demonstrações de resultados, conforme demonstrações financeiras consolidadas da TNL.

"Dívida Onerosa Consolidada" significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos e parcelamentos que tenham sido contraídas pela TNL e suas subsidiárias, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas encaminhadas à CVM, corresponde aos empréstimos e financiamentos do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, conforme demonstrações financeiras consolidadas da TNL.

"EBITDA" significa o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da TNL.

"EQUITY" significa o Patrimônio Líquido representado pelo somatório, em uma determinada data, do (i) Capital Social, (ii) Reservas e (iii) Lucros ou Prejuízos Acumulados, conforme demonstrações financeiras da Companhia (controladora).

6.23.1 Ocorrendo quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 6.23 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusula 8.5.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de sua ocorrência, assembléia de debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembléia de debenturistas, os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembléia de debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.23.2 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das Cláusulas 6.22 ou 6.23.1 acima, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, acrescido da Remuneração (e, no caso do inciso IV da Cláusula 6.22 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de notificação comunicando o vencimento antecipado e solicitando o pagamento a que se refere esta Cláusula, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia por meio de cartório de registro de títulos e documentos, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.24 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de aviso, no jornal "Monitor Mercantil" e no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", veículos em que a Companhia realiza suas publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, sempre imediatamente após a ciência do fato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta

de disposição expressa, o mínimo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da última publicação do aviso.

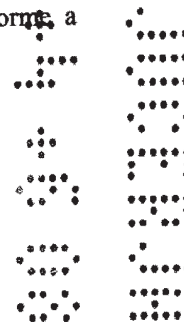
- 6.25 *Comunicações.* Ressalvado o disposto na Cláusula 6.23.2 acima, as eventuais comunicações e avisos a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão realizados por escrito, e enviado à outra parte por *fac-símile* ou correio eletrônico, sendo consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

As notificações relativas a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. Em até 24 (vinte e quatro) horas após a postagem, o remetente também deverá encaminhar a notificação por correio eletrônico e/ou *fac-símile* à outra parte.

As comunicações, avisos e notificações serão endereçados conforme, a seguir:

I. para a Companhia:

TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A.
Praia de Botafogo 300, 11º andar, sala 1101 (parte)
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
At.: Diretor de Relações com Investidores
Telefone: (21) 3873 9003
Fac-símile: (21) 3873 9060
Correio Eletrônico: tpart@oi.net.br

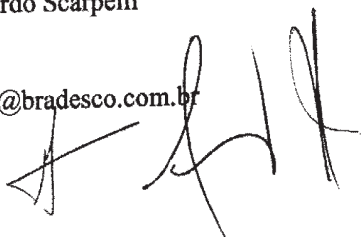


II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. D.T.V.M.
Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514
22640 102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385 4565
Fac-símile: (21) 3385 4046
Correio Eletrônico: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

III. para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 Osasco, SP
Departamento de Ações e Custódia
At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli
Telefone: (11) 3684 4522
Fac-símile: (11) 3684 5645
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br



IV. para a CETIP:

CETIP - CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO
SND- Sistema Nacional de Debêntures
Rua Libero Badaró, 425/24º andar
01009-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111 1597
Fac-símile: (11) 3111 1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

V. para a CBLC

CBLC – COMPANHIA BRASILEIRA DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA
Rua XV de Novembro, 275
01013-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3233 2178/2261
Fax: (11) 3233 2331

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247/96, e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração das razões financeiras a que se refere o inciso XIII da Cláusula 6.23 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração das razões financeiras a que se refere o inciso XIII da Cláusula 6.23 acima;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo a Instrução CVM n.º 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM) – explicitando as rubricas necessárias à apuração da

razão financeira a que se refere a alínea (a) do inciso XIII da Cláusula 6.23 acima – e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração da razão financeira a que se refere a alínea (a) do inciso XIII da Cláusula 6.23 acima;

- (c) no prazo de até 1 (um) dia útil após a data de envio dessas informações à CVM, observada a periodicidade determinada pela regulamentação, as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ("Instrução CVM 202");
 - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração, reuniões de diretoria e reuniões do conselho fiscal que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 202 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la); ou, se ali não previstos, na mesma data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (e) informações sobre alterações de titularidade de ações ordinárias de emissão da TNL de titularidade da Companhia, para os fins de controle, pelo Agente Fiduciário, do disposto no inciso IV da Cláusula 6.22 acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da respectiva alteração; e
 - (f) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor ou de quaisquer contratos relevantes à sua respectiva atividade, de que a Companhia seja parte, no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data do descumprimento;
 - (g) imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada; e
 - (h) todos os demais documentos e informações que a Companhia, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- II. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

- III. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço;
- V. manter seus bens adequadamente segurados;
- VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos dos incisos II e IV da Cláusula 8.3 abaixo;
- VII. não negociar com as ações de emissão da TNL de sua titularidade, a partir da data em que for publicado o edital que tenha por objeto o leilão das ações objeto do Penhor, no âmbito de processo judicial de execução promovido pelo Agente Fiduciário, pela falta de cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão;
- VIII. assegurar aos debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, na hipótese de alteração estatutária da Companhia que represente modificação substancial no seu objeto social, durante o prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação da ata da assembléia que aprovar referida alteração estatutária;
- IX. manter atualizada a classificação de risco da emissão das Debêntures, devendo, ainda, (a) divulgar ou permitir que a agência de classificação de riscos divulgue o relatório com a súmula da classificação de risco; (b) entregar ao Agente Fiduciário o relatório da classificação de risco preparado pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração na classificação da classificação de risco concedida à emissão das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação de risco;
- X. notificar imediatamente o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembléia geral de debenturistas pela Companhia;
- XI. comparecer às assembléias de debenturistas sempre que solicitada; e
- XII. cumprir com todas as obrigações assumidas no Contrato de Penhor, praticando todos os atos para que o Penhor permaneça válido e eficaz e o Limite Mínimo (conforme definido no Contrato de Penhor) seja observado até o cumprimento, pela Companhia, de

todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Penhor.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, Pentágono S.A. D.T.V.M., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VII. verificou a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- VIII. verificou a regularidade do Penhor, concluindo que (a) o Penhor foi regularmente constituído, tendo sido (i) averbado nos livros da instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da TNL e da TMAR, nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) registrado, por meio do Contrato de Penhor, no competente cartório de registro de títulos e documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (b) o Contrato de Penhor constitui instrumento válido e exequível de acordo com os seus termos; e (c) o valor das ações de emissão da TNL e da TMAR empenhadas é suficiente para garantir as obrigações da Companhia,

na forma e de acordo com os limites previstos no Contrato de Penhor e nesta Escritura de Emissão;

- IX. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- XII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembléia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação e das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca

do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;

VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembléia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.23 e 6.25 acima;

IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e

X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

I. receberá uma remuneração anual de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), devida pela Companhia, sendo o primeiro pagamento da remuneração devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes; (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário; e (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;

II. será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e

interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) tenham sido previamente aprovadas pela Companhia nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis, que atendam a política da Companhia; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;

- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles

Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. verificar a regularidade da constituição, da manutenção da suficiência e da exequibilidade do Penhor e o cumprimento das disposições do Contrato de Penhor pela Companhia, na forma e periodicidade ali previstas, especialmente a obrigação de observar o Limite Mínimo de acordo com o previsto no Contrato de Penhor, devendo, para tanto, manter controle permanentemente atualizado do saldo devedor das Debêntures em Circulação e do valor de mercado das ações de emissão da TNL e da TMAR;
- VIII. intimar a Companhia a reforçar o Penhor por meio de novas ações ordinárias de emissão da TNL e/ou preferenciais de emissão da TMAR, conforme o caso, de acordo com a cláusula 6.9 acima, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, bem como previamente à colocação, pela Companhia, em circulação, de

Debêntures que se encontrem em sua tesouraria, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;

- IX. autorizar a liberação do Penhor, nos casos e observados os termos e condições do Contrato de Penhor;
- X. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- XI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- XII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- XIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XV. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XVI. convocar, quando necessário, assembléia geral de Debenturistas e enviar à CVM, à CETIP e à BOVESPA, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembléia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XVII. comparecer à assembléia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à BOVESPA, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- XVIII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;

- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XIX. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP, na BOVESPA e na sede do Coordenador Líder;
- XX. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.24 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIX acima;
- XXI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, à CETIP e à BOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, a CETIP e a BOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XXII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado

prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XXIV. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e à BOVESPA; e

XXV. fazer com que a Companhia cumpra sua obrigação de manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1, inciso IX acima, e encaminhar à ANBID cópia das referidas atualizações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua respectiva divulgação.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.22 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. executar o Penhor, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.5.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.22, 6.23, 6.23.1 e 6.23.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.5, incisos I, II, III e IV acima, se, convocadas as assembléias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.5, inciso V acima, será suficiente a

deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação.

9. ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação ou pela CVM, conforme o caso.
- 9.3 A convocação das assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e/ou de Debenturistas da Segunda Série se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.24 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e/ou de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e/ou de Debenturistas da Segunda Série caberá aos Debenturistas da Primeira Série e/ou aos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas da Primeira Série e/ou de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) da Primeira Série ou, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme o caso.

9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;
- II. observado o disposto no inciso III abaixo, quaisquer modificações nas condições das Debêntures e/ou nesta Escritura de Emissão e/ou eventuais solicitações de autorizações (*waivers*) dos Debenturistas relacionados as Cláusulas 6.22 e 6.23 acima, que deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- III. alteração do prazo de vigência e/ou da Remuneração das Debêntures e/ou a alteração de quaisquer condições previstas no Contrato de Penhor, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso; e
- IV. alteração de qualquer quorum de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série e/ou Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.

9.8 Não obstante o disposto na Cláusula 9.7 acima, para os fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer assembléia de debenturistas também serão excluídos os votos em branco.

9.9 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembléias gerais de Debenturistas.

9.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembléias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.11 Aplica-se às assembléias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembléia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Penhor e os demais contratos relacionados às Debêntures e ao Penhor e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Penhor e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração e os termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Penhor e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia (ou de suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas), exceto por aqueles já existentes na presente data e pelo Penhor; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- V. os prospectos preliminar (se for o caso) e definitivo ("Prospectos") (a) contêm, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia e suas controladas, diretas e indiretas, e suas respectivas atividades e situações econômico-financeiras, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas, diretas e indiretas; (b) não contêm declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes, tendo feito todos os esforços para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM e as do Código de Auto-Regulação da ANBID;
- VI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à Companhia e às suas controladas, diretas e



indiretas, foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

- VII. as demonstrações financeiras da Companhia e da TNL (controladora e consolidadas), relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 e aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2007 e 2008 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e da TNL e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- VIII. está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. está, e suas controladas, diretas e indiretas, estão, em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, ressalvadas aquelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, com razoáveis fundamentos de direito;
- X. exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Companhia, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade, ou nas suas controladas, diretas e indiretas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- XI. manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Companhia e às suas controladas a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento, relacionados, de qualquer forma, com a prestação, por suas controladas, diretas ou indiretas, de serviços de telecomunicações; e
- XII. é legítima e única proprietária das ações ordinárias e preferenciais de emissão da TNL e TMAR, conforme o caso, objeto do Penhor, que, exceto pelo penhor decorrente do "Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações de Emissão de Telemar Norte Leste S.A. e de Tele Norte Leste Participações S.A.", se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, judiciais, extrajudiciais ou fiscais, respeitadas as disposições legais da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, não existindo contra a Companhia qualquer ação ou procedimento

judicial, administrativo ou fiscal que possa, de qualquer forma, prejudicar ou invalidar o Penhor.

10.1.1 A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.
- 14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

15. LEI APLICÁVEL

- 15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

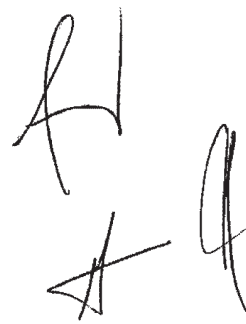
16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2008.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes).



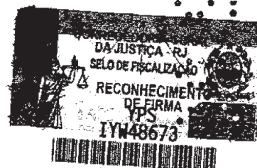
ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E COM GARANTIA REAL DA OITAVA EMISSÃO DE
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 2 DE JUNHO DE 2008 – PÁGINA
DE ASSINATURAS 2/3.

PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.

Nome: Marco Aurélio Machado Ferreira
Cargo: Procurador


Nome: _____
Cargo: _____


12º C.R.V.P.N. e adicional: H.V. das Américas, 3937 - 011, L.J.M.
Barra da Ilhoca-RJ. Tabelião: Dante Alighieri C. Seixas. Reconheço
por semelhança a firma de: MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA
Cod: 03D1EF78EBF0
Rio de Janeiro, 03 de Junho de 2008. Conf. por:
da verdade: Serventia
Em testemunho: 30% TJ+FUNDOS 4.03
Viviane Ramos da Costa Gomes-Escrevente Total 4.50



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES E COM GARANTIA REAL DA OITAVA EMISSÃO DE
TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 2 DE JUNHO DE 2008 – PÁGINA
DE ASSINATURAS 3/3.

Testemunhas:


Nome: Maria Sueli Klein Dica
Id.: 07342707 CRC RJ


Nome: SELMA GONNIN DA SILVA
Id.: 06835749-0 IFR

